



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – ICED
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – PARFOR
CURSO DE LICENCIATURA INTEGRADA EM HISTÓRIA E GEOGRAFIA**

**Arenice da Silva Bentes
Elielma Pereira dos Santos**

**O ENSINO DA HISTÓRIA DO POVO JARAKI NA
ESCOLA INDÍGENA SÃO FRANCISCO, ALDEIA LAGO
DA PRAIA, TERRITÓRIO COBRA GRANDE**

**Santarém-PA
2017**

**ARENICE DA SILVA BENTES
ELIELMA PEREIRA DOS SANTOS**

**O ENSINO DA HISTÓRIA DO POVO JARAKI NA
ESCOLA INDÍGENA SÃO FRANCISCO, ALDEIA LAGO
DA PRAIA, TERRITÓRIO COBRA GRANDE**

Trabalho de Conclusão de Curso, modalidade artigo, como requisito para obtenção do grau de Licenciatura Integrada em História e Geografia, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), sob a orientação de Karl Heinz Arenz.

**Santarém – PA
2017**

O ENSINO DA HISTÓRIA DO POVO JARAKI NA ESCOLA INDÍGENA SÃO FRANCISCO, ALDEIA LAGO DA PRAIA, TERRITÓRIO COBRA GRANDE

Arenice da Silva Bentes

Elielma Pereira dos Santos

Resumo:

Este trabalho enfoca o ensino da história e de práticas culturais do Povo Jaraki na Escola Indígena São Francisco. Trata-se de uma pesquisa que busca entender o processo da educação indígena na qual a história do povo interliga o ambiente escolar e o cotidiano. Para isso, elucida-se o processo de fundação da aldeia que ainda não foi objeto de um estudo acadêmico, usando como fonte de pesquisa a história oral e embasando-se em conceitos-chave como tradição ou cultura. O ensino-aprendizagem da história do povo Jaraki dentro da sala de contribui, assim a hipótese, à valorização da cultura indígena na formação histórica da população local da região do rio Arapiuns no oeste do Pará.

Palavras-chave: Povo Jaraki, Ensino, História, Educação Indígena.

Abstract:

This paper focusses the teaching of History and of cultural practices of the Jaraki People in the São Francisco Indigenous School. It is about a research that pretends do understand the process of Indigenous Education in which the history of the people interlinks the school reality and everyday life. Therefore, the founding process of the village, which so far hasn't been object of any research, will be clarified, using Oral History as main sources for the research and basing it on key concepts like tradition or culture. The teaching-learning of the Jaraki People History within the classroom contributes, this is the hypothesis, to valorise the indigenous culture with the historic formation of the local population living in the region of the Arapins River in Wester Pará.

Keywords: Jaraki People, teaching, history, Indigenous Education

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata do ensino da cultura do povo Jaraki no quadro da educação escolar indígena, além de analisar a forma como os professores procedem para ensinar os alunos no educandário São Francisco na compreensão dos conhecimentos tradicionais históricos da aldeia Lago da Praia. Este trabalho busca, portanto, entender melhor o trabalho dos professores junto aos educandos indígenas com, também, o papel da escola no processo de reafirmação da identidade étnica do povo Jaraki. Interessamos, sobretudo, as razões que levaram a escola a incorporar o ensino das tradições e da história Jaraki, no sentido de um ensino diferenciado que reflita a complexa história da referida etnia. Por tanto, nosso esforço é compreender de que forma os educadores ensinam a História do Povo Jaraki com a intenção de desenvolver práticas pedagógicas para o fortalecimento da identidade étnica por meio da valorização e recuperação da tradição oral dos sábios indígenas em estreita relação como as trajetórias e experiências históricas das famílias da aldeia.

Referente a esse método, convém apontar a afirmação de Verena Alberti (2005, p.155) que sustenta que a “História oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para os estudos da história oral”. A autora enfatiza que esse tipo de metodologia consiste na efetivação de entrevistas gravadas com sujeitos que participam de, ou mesmo, testemunham acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. A História Oral ajuda, assim, a recuperar processos históricos de uma localidade – neste caso a da Aldeia Lago da Praia no vale do rio Arapiuns – com seus aspectos estruturais, econômicos, sociais, culturais e religiosos. A oralidade é, assim, fundamental para o ensino da História nas escolas indígenas.

Quanto ao ensino da História nas escolas indígenas, a questão tende a tornar-se mais um dos pontos em que os conflitos culturais se estabelecem, mas que ao mesmo tempo pode contribuir para a ampliação de seu universo cultural e político, servindo como aquisição importante em suas novas formas de lutas de resistência (BITTENCOURT, 1994, p. 106).

Na aldeia Lago da Praia, a história indígena faz parte da vida cotidiana dos habitantes. De fato, esta história resulta das narrativas das pessoas que nela vivem sobre seu jeito específico de viver. Apesar das diferenças que as narrações apresentam, a

memória dos moradores contribuiu a engendrar uma identidade própria. Isso desencadeou um processo que os levou a se auto-reconhecerem como indígenas e a reivindicarem os direitos que todo indígena tem.

Tradicionalmente, o trabalho das famílias da aldeia consiste na plantação de mandioca, pescaria, caça e artesanato. Ao longo dos anos, o povo Jaraki vem lutando pela demarcação de seu território como condição para preservar sua cultura ancestral e garantir melhorias de vida. Essa luta se insere numa lógica nacional das populações indígenas que, com base nas disposições da Constituição de 1988, passaram a organizar-se com o objetivo de defender seus direitos.

A comunidade Lago da Praia foi constituída no início dos anos 1930 por poucas famílias. No ano de 2001 participaram de uma reunião para decidir a sua identidade étnica. Os moradores que habitam nessa localidade, desde então passaram a se reconhecer como indígenas, assumindo-se como povo Jaraki. O etnônimo faz clara referência à pescaria do peixe chamado jaraqui cuja captura é associada à força da lua. Até hoje, o sustento básico de muitas famílias provém deste peixe. O comunitário da aldeia José Inaldo (2017) afirma que os Jaraki “foi um povo que ressurgiu desde há muitos anos, pois estamos em busca da revitalização da nossa cultura cada pessoa da aldeia reconheceu sua identidade étnica”. Embora se trate de um povo pequeno, o modo de vida e a memória dos Jaraki, que aqui enfocamos, se enquadra na definição de cultura estabelecida pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha:

As culturas humanas constituem para a humanidade um patrimônio de diversidade, no sentido de apresentarem soluções de organização do pensamento e de exploração de um meio que é, ao mesmo tempo, social e natural. [...] Quando se fala do valor da sociodiversidade, não se está falando de traços culturais e sim de processos. Para mantê-los em andamento, o que se tem de garantir é a sobrevivência das sociedades que os produzem. (CUNHA, 2009, p. 273)

Vamos, em seguida, apontar os principais traços da cultura Jaraki, antes de nos debruçarmos sobre o ensino da mesma e de sua história em sala de aula.

1. A ETNIA JARAKI NO TERRITÓRIO INDÍGENA COBRA GRANDE

A etnia Jaraki surgiu em meados dos anos de 1960 a partir de três famílias de agricultores ribeirinhas de origem indígena que habitavam o atual Território Cobra Grande, no vale do rio Arapiuns, no Município de Santarém, oeste do Pará. O trabalho dessas famílias consistia na plantação de mandioca, pescaria, caça e artesanato. Desde

que foi fundada a aldeia, essas atividades fazem parte da tradição dos moradores. Até hoje, para pescar, os indígenas saem em grupos e costumam compartilhar o resultado da pescaria com os outros parentes. Destacando a dimensão comunitária e a importância econômica e simbólica desta prática para a vida em comunidade, as famílias do Lago da Praia decidiram autodenominar-se Jaraki, solicitando seu reconhecimento, pela FUNAI, sob este nome e sob a liderança de uma cacique. Elas se basearam nos direitos que competem a todas as populações indígenas do país.

O reconhecimento da cidadania indígena brasileira e, consequentemente, a valorização das culturas indígenas possibilita uma nova consciência étnica dos povos indígenas do Brasil. [...] Ser índio passou de generalidade social para uma expressão sociocultural importante do país. Ser índio não mais associado a um estágio de vida, mas à qualidade, a riqueza e a espiritualidade de vida. Ser tratado como sujeito de direito na sociedade. (LUCIANO [SECAD], 2006, p. 38)

Os indígenas que moram nesse local constituem hoje um povo registrado e reconhecido, sendo que foi realizada uma pesquisa para comprovar a antiguidade das famílias neste lugar. Com a comprovação fornecida por antropólogos, o registro de identidade foi publicado, servindo de base para a reivindicação dos direitos específicos que lhe são inerentes.

O povo Jaraki também pratica outras atividades culturais, como a fabricação de tecidos de artesanato e de utensílios de barro. Existe, portanto um rico patrimônio material cultural que resulta da formação histórica da etnia. Além disso, há um patrimônio imaterial que consiste nas danças, festas, lendas, rituais e crenças específicas ou compartilhadas com comunidades e/ou etnias vizinhas. Até hoje, muitos trabalhos ainda são desenvolvidos em forma de puxirum.

A dimensão comunitária também se refere à terra. Segundo a Legislação Indigenista, as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios em caráter permanente, utilizadas para suas atividades produtivas e conforme as necessidades de sua reprodução física e cultural, segundo seu uso, costumes e tradição, lhes pertencem. O trabalho de sementeira e colheita ou de coleta é realizado em coletividade. Assim, mutirões são feitas em determinadas áreas destas terras para preparar os roçados, limpar as áreas comunitária ou construir ou reformar casas.

O povo indígena Jaraki encontra-se ainda em luta no processo de (re)afirmação de sua identidade étnica. Trata-se de uma luta constante, na qual a valorização dos conhecimentos e práticas tradicionais é fundamental. De certa forma, a cultura este

numa fase de reconstrução ou ressignificação. Vários movimentos na região dos rios Arapiuns e Tapajós se uniram para a organização das aldeias indígenas, pois muitas outras comunidades passaram a se identificar como indígenas. No Caderno Nova Cartografia se lê referente a este processo relativamente recente:

O processo de reorganização política dos povos indígenas dos rios Tapajós/Arapiuns do oeste do Pará faz parte de um fenômeno mais amplo que ocorre em toda Amazônia, na América Latina e no mundo. Povos já dados como extintos entram em cena novamente, alterando suas relações, esses grupos e as instituições do estado e com outros movimentos sociais modificam a dinâmica interna dessas comunidades, que até passam a se classificar como aldeias e a redefinir aos líderes como caciques. (ALMEIDA & MARIN, 2014, p. 3)

Assim, o povo indígena Jaraki, apoiado pelos movimentos sociais Grupo de Consciência Indígena (GCI) e Conselho Indígena Tapajós/Arapiuns (CITA), procurou a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para obter seu reconhecimento e reivindicar a demarcação de seu território. A intenção é dar continuidade à cultura de seus antepassados, ou seja, fortalecer sua identidade indígenas, valorizar as atividades cotidianas tradicionais e repassar conhecimentos, costumes e rituais às futuras gerações.



Fig. 1: Ritual indígena na Aldeia Lago da Praia. Fonte: Elielma Pereira dos Santos.

A foto acima mostra os indígenas fazendo o ritual, realizado em forma de roda. As pessoas o executam para unir forças na luta indígena. A base do ritual é a crença pajéística ou a pajelança, segundo a qual as entidades da mata e do rio, os encantados, interagem com a vida comunidade. Este ato de cunho simbólico remete às raízes das tradições ancestrais e fortalece o sentimento de pertença na atualidade. Os rituais são características-chave que perpassam a história da reconstrução e reivindicação da identidade das etnias indígenas. No entanto, os povos indígenas que vivem no local dependem muito da natureza, o que explica a importância dos contatos com os espíritos da mata. Mas, esses contatos se estendem também às entidades do universo católico, isto é, os santos. Segundo a cacique da aldeia, Ligiane Tapajós (2017), “os povos costumam fazer os rituais na aldeia todos os anos nas festividades do padroeiro São Francisco de Assis, pois é uma força que encontram para que a luta continue.” A luta à qual ela se refere é a dos movimentos indígenas acompanhando o processo de territorialização. De fato, a ocupação definitiva das terras e a valorização da cultura indígena com suas tradições, costumes e línguas estão interligados.

Uma atividade central é a confecção dos tecidos de palha de tucumã com as quais se fabricam cestos, discos, balaios, entre outros objetos. Com a tala são feitos paneiros, e peneiras. Vale ressaltar que o povo também tem o costume de fazer suas bebidas tradicionais para os trabalhos da aldeia. A atividade mais típica da aldeia é, já devido a sua centralidade no processo do reconhecimento étnico, a pesca do jaraqui. Os moradores da aldeia costumam se reunir em grupos para a captura do peixe.

Outro processo que caracteriza o povo Jaraki são os mitos, ou melhor, as lendas contadas pelos mais idosos da aldeia. O ato de contar é importante para que as crianças conheçam o universo de seus antepassados. Esta diversidade da história do povo, no contexto em que ele vive, fundamenta a luta pelo direito à terra.

As comunidades, os povos e as nações indígenas são aquelas que, contando com uma continuidade histórica das sociedades anteriores à invasão e à colonização que desenvolvida em seus territórios, considerando a si mesmo distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica como base da existência continuada como povo, em conformidade com seus próprios padrões culturais sociais e os sistemas jurídicos (LUCIANO [SECAD], 2006, p. 27)

A comunidade indígena da Aldeia Lago da Praia iniciou a reafirmação de sua identidade étnica ao articular o processo de sua denominação estimulado por lideranças

da própria aldeia surgiu. Ao fazer isso, a comunidade aprendeu a valorizar sua cultura de origem indígena, adquirindo também uma nova visão de espiritualidade. A reafirmação de sua identidade não é apenas um detalhe na vida desses indígenas, mas sim um profundo resgate de sua história, além da conquista de suas terras tradicionais.

O povo Jaraki dá grande importância a seu direito à terra, garantido pela Constituição Federal, art. 231, que prevê que os indígenas têm que ter seus territórios reconhecidos pelo Estado Brasileiro. Para isso houve o processo de demarcação de suas terras tradicionais. Na aldeia, a vivência cotidiana – seja o trabalho no mato, na roça e no lago ou os afazeres nas casas – envolve sempre os parentes. Assim, toda semana se faz o ritual para o fortalecimento das lutas. Além disso, cada pessoa que vive na aldeia sabe que tem sua tarefa específica. Os idosos costumam ainda contar as histórias dos antepassados ao anoitecer. Ainda há as brincadeiras de roda que são a diversão das crianças, mas também lhes ensinam a interagir enquanto membros de um grupo.

Culturas e tradição estão sendo resgatadas valorizadas e revividas. Terras tradicionais estão sendo reivindicadas, reapropriadas ou recuperadas pelos verdadeiros donos originários. Línguas vêm sendo reaprendidas e praticadas na aldeia, na escola. Rituais e cerimônias tradicionais há muito tempo não praticados estão voltando a fazer parte da vida cotidiana dos povos indígenas nas aldeias. [...] Isto é identidade indígena e orgulho de ser índio. (LUCIANO [SECAD], 2006, p. 39)

A valorização da cultura do povo Jaraki é de fundamental importância, pois é um marco crucial para sua identidade enquanto grupo indígena distinto. De fato, muitas comunidades indígenas ainda sofrem com as sequelas da violência e do preconceito do passado. A recuperação da identidade étnica nos dias atuais busca superar a visão preconcebida sobre os indígenas, revelando uma população que escapa àquela imagem tradicional do índio com cocar, arco e flecha. O processo que levou à reafirmação foi, antes de tudo, uma decisão dos moradores da aldeia. No intuito de reivindicar seus direitos e definir melhor sua identidade, alguns moradores viajaram à aldeia de Bragança, no Tapajós, para um esclarecimento dos direitos indígenas, como o acesso aos serviços de saúde, a educação diferenciada – sobretudo, a inclusão das disciplinas de Notório Saber e Nheengatu –, o transporte escolar de qualidade, o contato com os órgãos públicos competentes, entre outros. Isso levou os moradores do Lago da Praia à decisão de autodenominar-se indígenas. Foi uma luta grande, pois preconceitos e discriminação vieram à tona. Hoje essa visão do índio pela sociedade envolvente mudou, mas a luta continua, pois a identidade e a cultura específicas precisam requerer

fortalecimento. Assim, ser indígena, para o povo Jaraki, hoje é razão de orgulho. De fato, a identidade negada e escondida historicamente como estratégias de sobrevivência, é atualmente reafirmada e, muitas vezes, recriada pelo povo.

O processo de reafirmação da identidade e o sentimento de orgulho de ser índio estão ajudando a recuperar gradativamente a autoestima indígena perdida ao longo dos anos de repressão colonizadora. [...] A reafirmação da identidade não é apenas um detalhe na vida dos povos indígenas, mas sim um momento profundo em suas histórias milenares e um momento de conquista e vitória que se introduz e marca a reviravolta na história traçada. (LUCIANO [SECAD], 2006, p. 42)

O povo indígena da etnia Jaraki passou a se reorganizar e ganhar visibilidade política a partir dos anos 1990. Isso não significa que antes não havia indígena nessa região. As pessoas estão convencidas de que efetivamente são indígenas porque estão em continuidade com os povos nativos que habitavam nessas terras antes da chegada dos europeus. Seus descendentes, incluindo os mestiços, reorganizaram suas crenças, seu modo de vida e suas comunidades, criando estratégias para resistir e continuar vivendo. A crença nos encantados e a atuação dos pajés nas comunidades tradicionais da região são, assim, sinal desta resistência. Além de Lago da Praia, há numerosas outras aldeias ribeirinhas na região do Baixo Tapajós e Arapiuns que se esforçam a (re)organizar um padrão cultural herdado de seus antepassados.

Hoje, os povos indígenas dos rios Tapajós e Arapiuns têm reconhecido seus direitos à terra, conforme reza a Constituição Federal no art. 231: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competido a união de demarcá-la, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Não é preciso dar terras aos índios e, sim, reconhecer os seus territórios que eles já têm por direito. Para um povo indígena ter seu território reconhecido pelo Estado Brasileiro é preciso que ocorra o processo de demarcação. Este é regulado pela Lei Federal n. 6.001/73, pelo Decreto Federal n. 1775/1996 e ainda pela Portaria 14/1996 do Ministério da Justiça. Segundo a lei, o processo pode ser iniciado pela FUNAI quando se reconhece a existência de um povo indígena. Isso aconteceu no caso da Aldeia Lago da Praia na Terra Indígena Cobra Grande.

2. O ENSINO DA HISTÓRIA NA ESCOLA INDÍGENA SÃO FRANCISCO

O processo de identificação do povo indígena Jaraki incluiu a mobilização para que houvesse um ensino diferenciado dentro da sala de aula. Com efeito, a escola da comunidade passou a ser reconhecida pelo Ministério da Educação como Escola Indígena. Isto facilitou o processo do ensino-aprendizagem dos educandos, sendo que a escola contribuiu e contribui para a reafirmação desse povo indígena. O ensino da história dos Jaraki ocupa, nesse contexto, uma importância fundamental:

A história dos povos das áreas do território brasileiro sofreu um percurso semelhante ao das demais histórias dos grupos tribais africanos ou da Oceania. Os povos indígenas ficaram à margem da história do Brasil embora, paradoxalmente, sempre estivessem presentes na programação curricular de ensino de História (BITTENCOURT, 1994, p. 107)

O desafio maior dos educadores, especialmente dos professores da disciplina de História, está justamente em demonstrar a diversidade dos povos indígenas e a importância dessas populações na formação social e histórica do país. No caso das unidades escolares reconhecidas pelo Ministério da Educação como indígenas, essa tarefa é ainda mais desafiadora, pois é necessário mostrar aos alunos que eles são agentes históricos que devem buscar seus direitos – enquanto cidadãos e indígenas – e lutar por melhoria na sua condição de vida sem colocar em xeque seus valores culturais.

A lei 11.64, de 11 de março de 2008, obriga as escolas indígenas a incluir os elementos da respectiva cultura indígena, além de determinar que o sistema normativo dessa cultura integre o conteúdo do ensino fundamental, principalmente as disciplinas de ensino das línguas tradicionais a ser ministradas por docentes com “notório saber”. Ainda de acordo com a referida lei, os alunos da pré-escola ao 9º ano devem ter componentes curriculares que garantam a valorização da cultura por meio do ensino da arte em suas respectivas comunidades, bem como os elementos do universo religioso-simbólico e demais aspectos ligados à tradição cultural.

A lei 11.645 foi pensada como instrumento legal para garantir que as comunidades indígenas não incorressem em uma prática que durante décadas caracterizou o ensino nas aldeias, ou seja a negação dos valores culturais na busca por formas das quais se acreditava serem um meio de inserção na sociedade envolvente. Neste sentido, em muitas comunidades indígenas, o ensino centrava-se em conteúdos que não levavam em consideração os princípios tradicionais da educação indígena, bem

como as línguas, a história e as tradições dos respectivos povos. Segundo José Ribamar Bessa Freire:

Quando a escola foi implantada em área indígena, as línguas, a tradição oral, o saber e a arte dos povos indígenas foram discriminados e excluídos da sala de aula. A função da escola era com que os estudantes indígenas desaprendessem suas culturas e deixassem de serem indivíduos indígenas. Historicamente, a escola pode ter sido o instrumento de execução de uma política que contribuiu para a extinção de mais de mil línguas. (FREIRE, 2004, p. 23)

Para ter conhecimento da história do povo da aldeia, os professores foram em busca da reconstrução da historicidade pela própria escola. Estudar a história dentro do educandário é trabalhar a realidade do respectivo povo indígena, em sintonia com o conteúdo programático e numa perspectiva de interdisciplinaridade. De fato, trabalhar o diferenciado na sala de aula é levar os alunos a pesquisar seu cotidiano e, assim, aprofundar com eles a realidade em que seu povo vive.



Fig. 2: Confeção de artesanato na escola, Aldeia Lago da Praia. Fonte: Elielma Pereira dos Santos.

Esta foto mostra os alunos confeccionando utensílios de barro. A atividade é realizada na escola por meio de oficinas. Segundo a diretora da Escola Indígena São Francisco Sueli de Vasconcelos Pereira (2017):

A interdisciplinaridade se dá quando os professores estão transmitindo o conhecimento da história de outros lugares e neste inserem o conhecimento local, ou seja, estudam a história da aldeia, mas também tudo que se ensina na história de modo global ou universal. Se busca trazer esse conhecimento para a realidade do aluno e se faz esse intercâmbio, contrapondo o local e o global, para mostrar o ensino da história para o educando, pois vale a pena trabalhar dessa forma na qual a criança passa a entender melhor a história do seu povo.

Euníce Dias de Paula destaca, nesse contexto, a dimensão da interculturalidade no processo de ensino-aprendizagem nas escolas indígenas:

A interculturalidade, quando pensada no cotidiano de uma escola indígena, está intrinsecamente ligada à questão dos conhecimentos. Não se propõe, por exemplo, que para garantir o caráter intercultural deva haver necessariamente professores não-índios trabalhando lado a lado na sala de aula. Ou que o prédio da escola deva conter características arquitetônicas indígenas e ocidentais, ao mesmo tempo. (PAULA, 1999, p. 78)

De acordo com a Lei de Diretrizes, existe o direito a uma educação escolar indígena caracterizada pela afirmação da identidade étnica, na qual a recuperação das memórias históricas, a valorização das línguas e os conhecimentos tradicionais ocupam um lugar central. Para Bittencourt (1994, p. 108), “O atendimento às demandas dos grupos indígenas para a aprendizagem do ensino da História em suas escolas é um procedimento que pode atender, assim, a uma dupla finalidade”. Esta consiste em esclarecer as diferenças entre os povos indígenas e em aprofundar a identidade dos índios enquanto povo cultural e etnicamente diferente. Mas, também, deve se estar sempre atento às disposições legais.

Para melhor, compreender o desenvolvimento da educação escolar indígena no Brasil, além das políticas implementadas, faz-se necessário investigar também a legislação, pois, uns dos mais preciosos documentos para o estudo da evolução do caráter de uma civilização se encontram na legislação escolar, nos planos e programas de ensino e no conjunto das instituições educacionais. (AZEVEDO, 1996, p. 56)

De fato, o ensino na educação escolar indígena problematiza a relação entre sociedade, cultura e escola. Afirma Paula (1999: p. 86), “que o currículo é uma parte da reconstrução do conhecimento de uma forma mais ampla e objetiva, os conteúdos estão interligados, partindo sempre do etnoconhecimento de cada povo com sua dimensão de interculturalidade. A metodologia é parte integrante do currículo e sempre pensada a partir dos sistemas educacionais de cada etnia”. Portanto, a realidade local é um referencial constante. Segundo o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (MEC, 1998, p. 22),

Desde muito antes da introdução da escola, os povos indígenas vêm elaborando, ao longo de sua história, complexos sistemas de pensamento e modos próprios de produzir, armazenar, expressar, transmitir, avaliar e reelaborar seus conhecimentos e suas concepções sobre o mundo, o homem e o sobrenatural. O resultado são valores, concepções, práticas e conhecimentos científicos e filosóficos próprios elaborados em condições únicas e formulados a partir de pesquisa e reflexões originais. [...] Esse fundamento implica necessariamente pensar a escola a partir das concepções indígenas do mundo e do homem e das formas de organização social, política, cultural, econômica e religiosa desse povo.

Aprofundar os conhecimentos acerca da língua materna ou original é, neste contexto, muito importante, pois vincula o ensino ao cotidiano do povo.

Levar em conta os direitos linguísticos das crianças nas escolas indígenas significa, então, conhecer a realidade sociolingüística da comunidade e discutir essa realidade na escola, fortalecendo e valorizando a língua indígena em seu uso como língua de instrução, de comunicação, dos materiais didáticos e como objeto de análise e estudo. Para isso os professores indígenas devem participar de cursos de formação continuada que possam possibilitar conhecimento e reflexão sobre a realidade da sua língua, do bilingüismo ou multilingüismo praticado na comunidade, e formular estratégias no âmbito da escola para fortalecer e ampliar o uso da própria língua. (HENRIQUES [SECAD], 2007, p. 21)

O ensino da educação escolar indígena é ministrado para os alunos do pré-escolar ao 9º ano. Ensinar, durante esse período, os processos históricos da realidade que o aluno vivencia é uma prática pedagógica desafiadora. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (2012, p. 4),

Abandonando de vez a perspectiva integracionista e negadora das especificidades culturais indígenas, a escola indígena hoje tem se tornando [sic] um local de reafirmação de identidades e de

pertencimento étnico. O direito à escolarização nas próprias línguas, a valorização de seus processos próprios de aprendizagem, a formação de professores da própria comunidade, a produção de materiais didáticos específicos, a valorização dos saberes e práticas tradicionais, além da autonomia pedagógica, são exemplos destes novos papéis e significados assumidos pela escola.

A prática escolar na aldeia do povo Jaraki mostra a forma como os indígenas são ensinados conforme esta lei. Assim, a valorização da memória indígena do povo Jaraki é uma prioridade para a escola local que está inserida no processo de reafirmação étnica e identitária. Os meios principais são a recuperação das memórias, a valorização da língua nheengatu e dos conhecimentos tradicionais. Isso contribui a uma revitalização das relações entre escola e sociedade, fortalecendo as lutas empreendidas pelo povo Jaraki, seus parentes vizinhos e os movimentos de apoio, como o GCI ou o CITA. De fato,

Como o currículo parte da construção do conhecimento de uma forma global e coletiva, os conteúdos precisam estar inter-relacionados, partindo sempre dos etnoconhecimentos de cada povo, intensificando as dimensões interculturais. A metodologia integrante do currículo deve ser sempre pensada a partir do sistema educacional próprio de cada etnia. (CIMI, 1993, p. 9)



Fig. 3: Confeção de paneiros na escola, Aldeia Lago da Praia. Fonte: Elielma Pereira dos Santos.

Esta foto mostra os educandos confeccionando paneiros feitos da tala de curuá. Os alunos demonstram o que já aprenderam com as aulas diferenciadas. A escola realiza oficinas de estudo sobre projetos que incentivam o aluno a obter conhecimentos acerca da cultura, da história, dos rituais e das cerimônias religiosas. A princípio, esses projetos educacionais consistem na formação dos educadores e educandos a partir das demandas sociopolíticas e as especificidades culturais e linguísticas. Neste sentido, vale apontar que a autonomia comunitária e a iniciativa da escola estão previstas na lei. Assim, a escola se mobiliza para elaborar seus próprios recursos didáticos. A interculturalidade, que marca esse esforço, levam em conta tanto os valores, saberes e práticas da aldeia, mas também as experiências dos movimentos sociais e instituições educacionais atuantes nas demais aldeias da região. Segundo Reinaldo Fleuri,

Em todos estes movimentos sociais e educacionais que propõem a convivência democrática entre diferentes grupos e culturas, [...], assim como a busca de construir referenciais epistemológicos pertinentes, o trabalho intercultural pretende contribuir para superar tanto a atitude de medo quanto a de indiferente tolerância ante o “outro”, construindo uma disponibilidade para a leitura positiva da pluralidade social e cultural. Trata-se, na realidade, de um novo ponto de vista baseado no respeito à diferença, que se concretiza no reconhecimento da paridade de direitos. (FLEURI, 2003, p. 16-17)

A educação escolar indígena enfatiza, portanto, para além da própria sociedade e cultura, também os contatos interétnicos. Segundo a professora Jandira Lopes Barbosa, que atua na escola Jaraki, o professor de Notório Saber pode reunir os alunos para ensinar os aspectos culturais e históricos da aldeia como lugares sagrados, fases da lua – pois a lua representa para os indígenas o tempo presente para medir o tempo –, pinturas que representam as lutas indígenas, rituais, os tecidos feitos de fibra das palmeiras. Outras atividades que são ensinadas é a língua materna, o Nheengatu, para os alunos de pré-escolar ao 9º ano, pois esse idioma, embora não falado fluentemente pelos Jaraki, tem um grande valor histórico. Também em outras áreas do conhecimento, são conciliados os conteúdos à realidade do aluno da Aldeia Lago da Praia.

Para Francisco Albuquerque (1999), a língua materna deveria se tornar a língua de instrução escrita predominante no contexto do ensino dos conhecimentos tradicionais. Da mesma forma como na oralidade, os alunos deveriam aumentar sua competência escrita em língua indígena. Esse tipo de procedimento poderia contribuir para a criação e para o desenvolvimento de funções sociais da escrita nessas línguas.

Também as Diretrizes Curriculares (2012, p. 5), insistem em “proporcionar aos índios suas comunidades e povos [...] a valorização de suas línguas e ciências”.

Na escola indígena do povo Jaraki se promove a língua indígena, neste caso, o nheengatu, como meio de instrução em sala de aula, sobretudo para aprofundar certos conceitos-chave da cultura indígena. O domínio desta língua, embora ainda não completo, já permite certa comunicação entre professor e alunos. Esses aumentaram, nos últimos anos, sua competência em língua indígena. O ensinamento da língua indígena e de diversos aspectos culturais da aldeia tem chamado a atenção de comunidades ribeirinhas vizinhas que não se consideram indígenas.

Entre os costumes que se praticam na aldeia convém destacar a religiosidade centrada em rituais e festas; dentre elas, sobretudo, a festividade do padroeiro da aldeia. De fato, a religião é de suma importância na vida cotidiana do povo Jaraki, pois os fortalece nas lutas e reivindicações. O contato com as entidades ou espíritos do mato e do fundo do rio, além da veneração do santo padroeiro, é expressão de uma religiosidade complexa que tem raízes no xamanismo indígena como na fé católica.

Os santos são propiciados através de orações promessas e festas, os espíritos são evitados ou afastados com o recurso de práticas, como o uso do alho, ou rezas que não funcionam como um meio de comunicação, mas tem o efeito mágico. As crenças e instituições católicas tanto como as demais refletem as condições culturais e sociais do caboclo de nossos dias. (GALVÃO, 1953, p. 9-11)

Esses aspectos religiosos também são ensinados na sala de aula. A valorização da religiosidade tradicional, com seus ritos, cantos, reflete a diversidade cultural que historicamente se reflete na cultura Jaraki, há muito tempo em contato com a sociedade envolvente, e também constitui um meio fundamental na reafirmação da identidade específica enquanto povo indígena.

Como outras escolas indígenas da região dos rios Tapajós e Arapiuns, também a Escola São Francisco na Aldeia Lago da Praia busca, pelo ensino da história do povo Jaraki, valorizar seja a ancestralidade, contida nos ritos e lendas, seja a atualidade, marcada pela luta pelas terras tradicionais e contra o preconceito ainda presente em setores da sociedade envolvente.

Segundo a Legislação Indigenista Art. 6º são de direito sociais ao índio sua proteção, moradia, educação segurança.

Para enfrentar os desafios postos para o incremento da Educação Escolar Indígena, com qualidade e respeito à autodeterminação desses povos, Secad [Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade]/MEC direcionou seu esforço institucional às ações que proporcionassem mudanças e impactassem a condução das políticas públicas para Educação Escolar Indígena em todas as esferas de governo. (HENRIQUES [SECAD], 2007, p. 33)

Percebe-se, pois, tanto na realidade da Aldeia Lago da Praia quanto nas disposições legais, a importância que se atribui à participação ativa da escola, envolvendo professores e alunos, na articulação e implementação de políticas públicas em prol da comunidade indígena.



Fig. 4: Confeção de artesanato na escola, Aldeia Lago da Praia. Fonte: Elielma Pereira dos Santos.

A foto acima mostra os alunos fazendo o tecido da grega que é feito da palha de tucumã. É considerável a multiplicidade das manifestações culturais que a Aldeia Lago da Praia proporciona. Estas se inspiram tanto nos vestígios que ali deixaram os ancestrais – e que estão muito visíveis na vida cotidiana da comunidade – quanto nas lutas pelo o reconhecimento das suas raízes e nas ações de resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho pretendeu-se mostrar o quanto a valorização da cultura Jaraki está presente nas atividades escolares na Aldeia Lago da Praia. Conforme apontado no início do texto, a história do surgimento do povo Jaraki nesta aldeia é relativamente recente. Mas o processo de reafirmação étnica, iniciado na década de 1990, remeteu os indígenas do lugar a uma história bem mais comprida e complexa. A escola mostrou ser um agente importante na autodeterminação dos índios da aldeia.

A Lei 11.645/08 sublinha o papel das escolas indígenas em fazer valer os direitos dos povos indígenas, mediante um ensino autônomo e diversificado que dê destaque à continuidade histórica dos mesmos.

A proposta é articular os atores sociais e os gestores para que os desafios que foram postos estabeleçam novos campos contextuais e práticas de planejamento e gestão, renovados pela valorização da diversidade sociocultural, que transformem radicalmente posições preconceituosas e discriminatórias. (LUCIANO [SECAD], 2006, p. 11)

Portanto, ensinar de forma diferenciada na Escola Indígena São Francisco é demonstrar que a interdisciplinaridade faz parte da vida cotidiana da escola e tem contribuído na reafirmação dos Jaraki, pois o ressurgimento deste povo não se deu por acaso. Foram muitas lutas que levaram à aceitação de sua identidade étnica. Várias reuniões aconteceram para chegar a um consenso de a aldeia inteira se assumir como indígena. A reflexão sobre a forma em que eles vivem, sobretudo a importância do trabalho coletivo, foi, neste contexto, fundamental.

Desde o início, a escola buscou incentivar a autonomia dos educandos em se familiarizar com a cultura envolvente e adquirir noções básicas da língua nheengatu. Entretanto as ações realizadas dentro do educandário requerem a atenção dos moradores da aldeia, uma vez que a educação escolar está sujeita a determinada legislação e que a formação dos professores também é regulamentada.

A formação de professores indígenas – docentes e gestores – é um compromisso público do Estado brasileiro. A formação inicial deve ocorrer mediante cursos específicos de licenciatura e pedagogias interculturais ou complementares. Este ensino pressuposto de fortalecer nos futuros professores uma postura de reflexão sobre a realidade que lhe é ensinada. Para Freire (2002), “Não há prática pedagógica que não parta do concreto cultural e histórico. Experiência e prática não se transplantam, se reinventam, se recriam”.

Assim, a luta pela demarcação do território tradicional também está inserida na proposta pedagógica. Outro aspecto importante é a inclusão de temas da vida da natureza que envolvem uma dimensão sobrenatural. Na escola indígena de Lago da Praia, esses temas são trabalhados por meio de oficinas que fazem do estabelecimento uma escola inserida na comunidade local com a qual ela interage organicamente.

O reconhecimento da autonomia refuta o modelo assimilacionista da educação que foi implementado desde a época da colonização. Como outras aldeias indígena, também Lago da Praia desenvolve mecanismos para colocar em prática uma educação que parta da realidade do aluno e que atenda às necessidades dos moradores da aldeia. Conforme explicou o professor guarani Valentim Pires no discurso de abertura do I Congresso Internacional de Educação Indígena, realizado no ano de 1998 em Dourados,

Com a ajuda da escola, com uma educação que realmente responda as nossas necessidades, queremos *reconquistar a autonomia socioeconômica e cultural* e sermos reconhecidos como cidadãos etnicamente diferentes. Não queremos que a escola sirva como um instrumento para estruturar o nosso jeito de viver; que não passe mais para nossas crianças a idéia de que somos inferiores e que, por isso, precisamos seguir o modelo dos brancos para sermos respeitados. (Apud PAULA. 1999, 1088)

Vale ressaltar que a comunidade indígena Jaraki está muito atenta para que tenha uma educação de qualidade, valorizando a cultura local e buscando melhorias para as pessoas e famílias que vivem no território. Neste sentido, a interculturalidade é um modelo que valoriza os diferentes conhecimentos acumulados pelo povo da aldeia. Tanto as lendas contadas pelos mais velhos, que fortalecem o sentimento de pertença ao grupo, quanto as técnicas recentes que facilitam os afazeres do dia-a-dia fazem parte desses saberes que, por sua vez, são tratados dentro da sala de aula. Por isso a recuperação da história oral dos sábios indígenas e, também, a aquisição de conhecimentos científicos práticos fundamentam o processo de ensino-aprendizagem.

Assim, o estudo do ensino da história e da cultura do povo jaraki da Aldeia Lago da Praia mostra o quanto a educação escolar indígena já se consolidou, mas também o quanto ela constitui ainda um desafio, visto à diversidade das comunidades tradicionais e a dificuldade na implementação das políticas públicas garantidas pela legislação do país. Entendemos que a pesquisa histórica, muito mais do que uma simples análise do passado, significa traçar luzes sobre as problemáticas da sociedade,

seja ela grande ou relativamente diminuta, como a do povo Jaraki na Aldeia Lago da Praia no rio Arapiuns.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes orais

José Inaldo Castro de Sousa, 57 anos. Professor de Notório Saber, morador da Aldeia Lago da Praia. Entrevista concedida em outubro de 2017.

Ligiane Tapajós Barbosa, 40 anos. Cacique da Aldeia Lago da Praia. Entrevista concedida em outubro de 2017.

Sueli de Vasconcelos Pereira, 45 anos. Diretora da Escola Indígena São Francisco. Entrevista concedida em outubro de 2017.

2. Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. Fontes orais: história dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

ALBURQUERQUE, Francisco Ediviges. Aspecto do processo de Educação Escolar Bilingue do Apinayé. **Cadernos de Educação Escolar Indígena – PROESI**, Barra dos Bugres, v. 6, n. 1, p. 51-84, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo (orgs). Resistência e mobilização de Povos Indígenas do Baixo Tapajós. **Caderno Nova Cartografia**, Manaus, n. 1, jun. 2014.

AZEVEDO, Fernando. **A Cultura Brasileira**. 6ª ed. Brasília: UnB/Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. O ensino de História para as Populações Indígenas. **Revista Em Aberto**, Brasília, v. 14, n. 63, p. 105-116, jul./set. 1994.

Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Concepção e prática de Educação Escolar Indígena. **Cadernos do CIMI**, Brasília, n. 2, 1993.

CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da questão indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e Educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 16-35, mai./ago. 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 21^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Trajetória de muitas perdas. In: **Educação Escolar Indígena em Terras Brasilis**: tempo de novo descobrimento. Rio de Janeiro: Ibase, 2004.

GALVÃO, Eduardo. Vida religiosa do caboclo da Amazônia. **Boletim do Museu Nacional – Nova Série, Antropologia**, Rio de Janeiro, n.º 15, p. 1-18, abr. 1953.

HENRIQUES, Ricardo et al. (orgs.). Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural Indígena ressignificando a escola. **Cadernos SECAD**, Brasília, n. 3, abr. 2007.

Ministério da Educação (MEC). **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2012. Disponível on-line: <http://portal.mec.gov.br/index.php>. Acesso em: 17 nov. 2017.

Ministério da Educação e do Desporto (MEC). **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: Secretaria de Ensino Fundamental (SEF), 1998. Disponível on-line: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002078.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

PAULA, Eunice Dias de. A interculturalidade no cotidiano de uma escola indígena. **Cadernos Cedes**, Campinas, ano XIX, n. 49, p. 76-91, dez. 1999.

LUCIANO, Gersm José dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação (MEC)/Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade (SECAD)/Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 2006.